

## **Prioridade às instituições**

O conceito de Laboratório Associado é, porventura, uma das ideias mais inovadoras que aconteceram em Portugal, nos últimos anos, no âmbito da Ciência. Não é uma invenção Portuguesa, tendo paralelo noutros países, mas é, com certeza, um passo importante na arquitectura institucional da investigação e desenvolvimento nacionais.

No contexto do tema desta sessão (“Prioridade às Instituições”) é sobretudo dos Laboratórios Associados que irei falar.

Até meados dos anos 90, as instituições de I&D eram, essencialmente, de 3 tipos: as Universidades, os Laboratórios Nacionais e um conjunto de instituições com existência mais ou menos real e funcionamento mais ou menos autónomo, criadas por iniciativa de universitários ou estimuladas pelo Programa Ciência, que assumiam a natureza de institutos ou centros de I&D, por vezes privadas mas de capital público ou quase público e, quase sempre, tematicamente homogéneas.

Estes 3 tipos de instituição assumiam contornos, objectivos e funcionamento bastante diversificados.

As universidades não se comportavam, de um modo geral e do ponto de vista da investigação, como verdadeiras instituições. O seu carácter institucional visava essencialmente o ensino pré-graduado. E se tirarmos os centros do INIC que, durante um longo período deram corpo a uma forma incipiente de organização –embora mais formal do que real–, o resto eram grupos soltos em que os Professores agregavam os Assistentes que iam escolhendo por forma a estarem alinhados com o

seu pensamento essencial e serem garantes da continuidade. Cada um sentia (e porventura, sente ainda) que tinha o mesmo direito que qualquer outro para definir objectivos, linhas de acção, metas e planos. O ECDU assegurava (e assegura) o comando hierárquico, com uma grande confusão de missões e obrigações entre as várias categorias, mas em que os próprios números (1 Catedrático para 2 Associados e 4 Auxiliares) parecem servir para ir assegurando, a quase todos, um conjunto de subordinados que ajude a dar expressão aos desígnios por si estabelecidos. A expansão do sistema, com um permanente crescimento do número de alunos, foi, contudo, permitindo um refrescamento dos quadros docentes que rejuvenesceram significativamente a Universidade.

Os Laboratórios de Estado tinham tido a sua época. Tinham, em geral, sido criados por motivos claros (o LFEN para o uso pacífico da energia nuclear, o LNEC para a criação de um saber essencial ligado às obras públicas, o Instituto de Medicina Tropical associado ao conhecimento de particulares condições sanitárias, etc.), mas a sociedade foi-se tornando mais complexa e móvel, o Estado foi fugindo a um papel de assumida liderança, a energia nuclear tinha desaparecido das opções e as questões tropicais perderam a importância com o desabar do império colonial, etc. Assim, os objectivos tornam-se muito menos precisos, particularmente para algumas das novas unidades criadas ou recriadas, e o tecido dos Laboratórios de Estado vai-se tornando mais débil. As carreiras não são entusiasmantes e entre os seus quadros que, ao contrário dos universitários, não estão em expansão nem se

rejuvenescem, muitos dos melhores saem e outros vão, frequentemente, acumulando outras tarefas.

As instituições autónomas de I&D foram já um contributo importante. Se as primeiras nasceram na década de 80, outras foram produto dos incentivos do programa Ciência. Este estimulou a associação de grupos à volta de saberes específicos e várias dessas associações tiveram um âmbito nacional. E se algumas delas corresponderam à efectiva constituição de novas instituições, outras foram meras alianças conjunturais que nunca tiveram grande futuro. Como sempre, tudo dependeu de factores específicos e da real identificação de elementos de união mas, inevitavelmente, também das lideranças que foram emergindo. Alguns desses centros prevaleceram, outros mantêm-se como federações de grupos e outros ainda debilitaram-se ou foram desaparecendo.

É este o panorama que se verifica em meados de 90. Alguns dos passos que então foram dados foram determinantes: o reconhecimento dos diversos grupos como unidades autónomas do sistema de I&D, o financiamento plurianual e programático e, sobretudo, o processo de avaliação por comissões internacionais, possibilitou a consolidação de uma rede de instituições essenciais para o progresso da investigação e desenvolvimento científico.

Contudo, estamos ainda perante um sistema muito heterogéneo e algo instável, com instituições de fraca coesão e dimensão muito variável, que se vão dividindo e recriando.

Quando em 2001 e 2002 são aprovados os primeiros Laboratórios Associados, inicia-se uma nova fase. O Estado foi recebendo propostas de um conjunto de entidades que convidara a pensar-se em termos estratégicos, a propor linhas de acção, a comprometer-se, num primeiro quadro de 5 anos, com um conjunto de missões de serviço público. Tal quadro dava-lhes, numa base negociada, acesso a serem ouvidas, nas suas áreas de especialidade, nas acções em que os órgãos governamentais viessem a envolver-se e a receberem, de modo estável, um financiamento base e uma verba que lhes permitiria a contratação faseada de investigadores doutorados. O trabalho desenvolvido e as metas alcançadas seriam submetidos, no final, a uma avaliação, que poderia levar a uma renovação por novo período quinquenal. Todo este desenvolvimento foi altamente negociado e discutido em sucessivas iterações e, finalmente, aprovado para um primeiro lote de 15 instituições.

O processo foi muito claro, exigente e difícil. Criou nas estruturas dirigentes destas instituições uma noção de responsabilidade sujeita a escrutínio e avaliação. Gerou uma expectativa de estabilidade que deveria ter permitido uma profícua acção.

Quando se esperava que o processo tivesse apenas começado, que novos Laboratórios Associados surgissem, que o Estado se revelasse como um exigente “*stake holder*” e que fossem identificados interlocutores, o que se assiste é, no melhor dos casos, a grande indiferença, a dificuldades financeiras inqualificáveis e, finalmente, a uma sensação de desvalorização e banalização em nada motivadoras de uma

dinâmica de Investigação e Desenvolvimento que o país tinha, claramente, encetado.

Não quero de forma alguma colocar-me na posição de porta-voz de um grupo de elite. As circunstâncias quiseram apenas que tivéssemos sido os primeiros intérpretes de um sistema que requer ainda afinação e precisão. Gostaria sinceramente de ver a nossa acção diluída pela criação de muito mais unidades que representassem não só novas áreas do saber, como também outros locais do País onde, felizmente, já se produz, hoje, conhecimento de nível internacional. O que eu quero aqui realçar é a criação de um conjunto de instituições cuja existência não depende tão directamente dos senhores A ou B, mas de um corpo organizado e coeso de investigadores, que se assume responsabilmente perante um programa de acção e com a obrigação de prestar contas, que é obrigado a pensar em termos de médio prazo, que pode por isso planear e fasear a sua actividade.

Ao mesmo tempo, o Estado ganhou um conjunto de interlocutores que seleccionou com base em critérios concretos e objectivos, com quem negociou metas e resultados, perante quem assume obrigações, mas assegura o direito de fiscalização. E fá-lo sem assumir encargos permanentes ou fazer crescer a máquina da Administração Pública.

É este modelo que considero altamente virtuoso que eu quero aqui realçar, aproveitando para convidar as autoridades responsáveis pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior a que o assumam, o façam crescer, o utilizem como um poderoso instrumento de política de I&D, numa altura em que não só a “estratégia de Lisboa”, mas as reais

necessidades de desenvolvimento do País, deveriam estar a fazer crescer as verbas públicas no sector, a uma taxa que excede enormemente a realidade com a qual, infelizmente, estamos confrontados.

**Porto, 19 de Julho de 2004**

**Pedro Guedes de Oliveira**  
**FEUP, INESC Porto**